

Prefeitura do Município da Estância Turística de Ribeirão Pires

TERMO DE CONTRATO N.º **549/2019** QUE TEM POR OBJETO A CONTRATAÇÃO DE INSTITUIÇÃO FINANCEIRA DEVIDAMENTE AUTORIZADA A FUNCIONAR PELO BANCO CENTRAL DO BRASIL, COM OU SEM AGÊNCIA LOCALIZADA NO MUNICÍPIO DE RIBEIRÃO PIRES, PARA REGISTRO E RECEBIMENTO DE BOLETOS DE COBRANÇA, PARA O EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2020.

Pregão nº 081/2019 e do Processo de Compras nº 4905/2019

Aos vinte e três dias do mês de outubro de dois mil e dezenove, nas dependências da Prefeitura do Município da Estância Turística de Ribeirão Pires, compareceram entre si, justas e contratadas, de um lado a **PREFEITURA DO MUNICIPIO DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE RIBEIRÃO PIRES**, pessoa jurídica de direito público interno, com sede na Rua Miguel Prisco n.º 288, Centro, devidamente inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 46.522.967/0001-34, doravante denominada CONTRATANTE, neste ato representada pela Secretária de Finanças, Sr.^a Antônia Constâncio, e de outro lado a empresa **BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A.**, situada na Avenida Presidente Juscelino Kubitschek, nº 2041 e 2235 – Bloco A, Vila Olímpia, São Paulo – SP, CEP 04543-011, devidamente inscrita no CNPJ/MF sob o nº 90.400.888/0001-42, doravante denominada CONTRATADA, neste ato representada pela Sra. Daniela Sampaio Santos, portadora da cédula de identidade RG nº 49.389.034-8 SSP/SP, e inscrita no CPF nº 406.865.498-05, representante legal, perante as testemunhas ao final nomeadas, assinam o presente Termo de Contrato, declarando sujeitarem-se às normas da Lei n.º 8.666/93, atualizada pela Lei nº 8.883/94, e as cláusulas a seguir estabelecidas.

Prefeitura do Município da Estância Turística de Ribeirão Pires

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO E PRAZO DE EXECUÇÃO

1.1. Trata o presente a Contratação de Instituição Financeira devidamente autorizada a funcionar pelo Banco Central do Brasil, com ou sem agência localizada no município de Ribeirão Pires, para registro e recebimento de boletos de cobrança, para o exercício financeiro de 2020, conforme Termo de referência constante do Anexo II do edital, que faz parte integrante deste Termo de Contrato.

1.1.1. Os volumes financeiros informados e os demais dados constantes no Termo de Referência são aproximados e servirão única e exclusivamente como referencial, podendo variar para maior quanto para menor em relação aos exercícios futuros.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO VALOR DO CONTRATO E DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

2.1. O valor do presente Contrato é de **R\$ 5.014.980,00** (cinco milhões, quatorze mil, novecentos e oitenta reais), obtido por meio da multiplicação da quantidade de autenticações previstas pelo valor da tarifa R\$ 9,99 (nove reais e noventa e nove centavos)

2.2. Os preços serão reajustados, conforme prevê a lei e se for o caso, após 12 (doze) meses da data de entrega das propostas, pelo IPC-FIPE.

2.3. O pagamento das tarifas de recebimento a instituição financeira vencedora, será efetuado simultaneamente ao pagamento da parcela de tributo quitada pelo contribuinte, mediante apresentação de uma planilha e/ou nota fiscal vistada pela Secretária de Finanças ou equivalente.

2.4. Caberá à CONTRATADA a elaboração dos cálculos dos encargos por pagamentos em atraso, de acordo com as instruções constantes dos boletos.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO PRAZO DE EXECUÇÃO

3.1. O prazo de vigência deste contrato é de 12 (sessenta) meses, com início a partir da assinatura do presente termo.

3.2. Ao término da vigência do contrato e considerando a necessidade de transição caso outra instituição venha a assumir os serviços objeto do presente, fica estabelecida a possibilidade consensual e sem ônus para as partes em se promover a prorrogação da vigência estabelecida na Cláusula 3.1, pelo período de 180 (cento e oitenta) dias.

CLÁUSULA QUARTA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

4.1. Executar o objeto contratado com elevada qualidade e no prazo estipulado;

4.2. Realizar com seus próprios recursos todas as obrigações relacionadas com o objeto desta Licitação, de acordo com as especificações determinadas neste Edital e em seus Anexos;

4.3. Cumprir a Legislação Federal, Estadual e Municipal pertinente, e se responsabilizar pelos danos e encargos de qualquer espécie decorrentes de ações ou omissões, culposas ou dolosas, que praticar;

4.4. Pagar e recolher todos os impostos e demais encargos fiscais, bem como todos os encargos trabalhistas previdenciários, sociais e comerciais, prêmios de seguro e de acidentes de trabalho, que forem devidos em decorrência do objeto desta Licitação;

Prefeitura do Município da Estância Turística de Ribeirão Pires

4.5. Manter, durante a execução do contrato, a compatibilidade com as obrigações assumidas, bem como todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na Licitação.

4.6. Manter as informações de transmissão de arrecadação em meio eletrônico em "layout" disponibilizado e regulamentado pela FEBRABAN, por um período mínimo de 05 (cinco) anos.

4.7. Reparar ou corrigir, dentro do prazo estipulado pela Administração, os eventuais defeitos ou incorreções, constatados pela fiscalização dos serviços.

4.8. Arcar com as despesas incorridas na contratação de pessoal, encargos sociais, trabalhistas, securitários e quaisquer tributos incidentes direta ou indiretamente, sobre ou decorrentes do cumprimento do objeto deste, sem direito a pleitear reembolso à Contratante.

4.9. A licitante CONTRATADA deverá cumprir os direitos trabalhistas previstos na legislação vigente, pertencentes aos trabalhadores que vierem a ser utilizados para a execução do objeto do Edital, sob pena de suspensão temporária do direito de contratar com o Município.

4.10. Os serviços deverão ser executados em perfeita conformidade com as condições estabelecidas no presente Edital e em tudo quanto for aplicável, as normas do Banco Central e demais órgãos competentes.

4.11. A Contratada não se eximirá das penalidades correspondentes, na hipótese de inadimplemento do objeto.

CLÁUSULA QUINTA - DAS PENALIDADES

5.1. Salvo ocorrência de caso fortuito ou de força maior, devidamente justificada e comprovada, ao não cumprimento, por parte da empresa CONTRATADA, das obrigações assumidas, ou a infringência de preceitos legais pertinentes, serão aplicadas, segundo a gravidade da falta, as seguintes penalidades:

a) Advertência por escrito, sempre que forem constatadas irregularidades de pouca gravidade, para as quais tenha a CONTRATADA concorrido diretamente, ocorrência que será registrada no Cadastro Geral de Fornecedores do Município de Ribeirão Pires.

b) Multa de 0,3% (zero vírgula três por cento) ao dia, por atraso na prestação do serviço, calculada sobre o valor da Ordem de Serviço, até o 5.º (quinto) dia, após o que, aplicar-se-á a multa prevista na alínea "c" deste item.

c) multa de até 20% (vinte por cento) sobre o valor total da(s) Ordem(ns) de Serviço, na hipótese do não cumprimento de qualquer das obrigações assumidas.

d) por dia de atraso no comparecimento para assinatura de eventual termo aditivo: multa no valor equivalente a 0,3% (zero vírgula três por cento) do valor total do contrato.

e) suspensão temporária ao direito de licitar e impedimento de contratar com a Administração Pública Municipal de Ribeirão Pires, pelo período de até 5 (cinco) anos, em especial na hipótese de descumprimento integral de uma Ordem de Serviço ou descumprimento parcial de mais de uma Ordem de Serviço.

f) declaração de inidoneidade, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição.

Prefeitura do Município da Estância Turística de Ribeirão Pires

5.2. A CONTRATADA ainda estará sujeita às seguintes multas moratórias:

5.2.1. O atraso não justificado na instalação e entrada em operação sujeitará o CONTRATANTE à multa de mora, calculada por dia de atraso da obrigação não cumprida, na seguinte proporção:

a) Atraso até 30 (trinta) dias, multa de 0,3% (zero vírgula três por cento) ao dia;

b) Atraso superior a 30 (trinta) dias, multa de 0,5% (zero virgula cinco por cento) ao dia.

5.2.2. As multas poderão ser cumulativas, reiteradas e aplicadas em dobro, sempre que se repetir o motivo, sem prejuízo da rescisão contratual.

5.3. As sanções de suspensão e declaração de inidoneidade poderão ser cumuladas com multa.

5.4. As multas poderão ser cumulativas, reiteradas e aplicadas em dobro, sempre que se repetir o motivo.

5.5. A multa, aplicada após regular processo administrativo, deverá ser paga em 5 (cinco) dias úteis a contar da intimação da empresa apenada.

5.5.1. O valor devido poderá ser descontado dos créditos da empresa, da importância que eventualmente esta tenha a receber, cobrado judicialmente ou extrajudicialmente, a critério da CONTRATANTE. Não havendo pagamento, o valor será inscrito como dívida ativa, sujeitando a devedora a processo executivo.

5.6. Da intenção de aplicação de quaisquer das penalidades previstas, será concedido prazo para defesa prévia de 5 (cinco) dias úteis a contar da notificação, exceto nos casos em que a sanção for estabelecida com base no inciso IV do art. 87 da Lei Federal nº 8.666/93, onde há prazo de 10 (dez) dias para apresentação de defesa pelo interessado, a contar da abertura de vista do respectivo processo, nos termos do art. 87, §3º da mesma lei.

5.7. Da aplicação da sanção caberá recurso no prazo de 5 (cinco) dias úteis, a contar da notificação.

CLÁUSULA SEXTA - DA RESCISÃO DO CONTRATO

7.1. O contrato poderá ser rescindido nos termos dos artigos 77, 78 e 79 da Lei Federal nº 8.666/93 e alterações.

CLÁUSULA SÉTIMA - DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL E CASOS OMISSOS

7.1. O presente contrato rege-se pelas disposições expressas na lei n.º 8.666/93 de 21/06/93, suas alterações e pelos preceitos de Direito Público, aplicando-lhe supletivamente os princípios da Teoria Geral dos Contratos e as disposições de Direito Privado.

7.2. Os casos omissos serão resolvidos à luz da referida lei e suas alterações, recorrendo-se à analogia, aos costumes e aos princípios gerais de direito.

CLÁUSULA OITAVA - DO FORO

8.1. As partes elegem o foro da comarca de Ribeirão Pires para dirimir quaisquer dúvidas oriundas da presente contratação.

Prefeitura do Município da Estância Turística de Ribeirão Pires

CLÁUSULA NONA - DISPOSIÇÕES GERAIS

9.1. O presente termo de Contrato reger-se-á segundo as disposições contidas na Lei n.º 8.666/93 atualizada pela Lei 8.883/94, pelas suas cláusulas, pelo edital de **PREGÃO N.º 081/19**, pela proposta comercial inserta às fls. 131 do Processo de Compras n.º 4905/19.

E por estarem justos e contratados, as partes firmam o presente termo em 04 (quatro) vias de igual teor, juntamente com as testemunhas abaixo identificadas.

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE RIBEIRÃO PIRES, 23 DE OUTUBRO DE 2019.

ANTÔNIA CONSTÂNCIO
Secretária de Finanças

BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A.
Daniela Sampaio Santos

TESTEMUNHAS:

1) _____
RG:

2) _____
RG:

Prefeitura do Município da Estância Turística de Ribeirão Pires

ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA

Objeto: Contratação de Instituição Financeira devidamente autorizada a funcionar pelo Banco Central do Brasil, com ou sem agência localizada no município de Ribeirão Pires, para registro e recebimento de boletos de cobrança, para o exercício financeiro de 2020:

Referência	Valor Unitário por Autenticação
Registro de boletos eletrônicos	R\$ 9,99
Liquidação de boletos registrados	R\$ 9,99

Planilha Estimativa de Quantidades:

TIPO	Qtde	Boletos	Total de Boletos
ISS Fixo	1.500	4	6.000
Taxas	8.000	6	48.000
IPTU	32.000	14	448.000
Total Estimado:	41.500	24	502.000

Dos serviços de registro e compensação dos valores arrecadados:

Registro de Títulos – FICHA DE COMPENSAÇÃO BANCÁRIA, com código de barras padrão FEBRABN – SERVIÇO DE COBRANÇA BANCÁRIA COM REGISTRO COM TARIFAÇÃO NA LIQUIDAÇÃO DOS TÍTULOS.

Quantidade estimada de compensações bancárias: 502.000 boletos anuais.

Os recebimentos dos tributos serão realizados pela Instituição Financeira pelo serviço de COBRANÇA BANCÁRIA COM REGISTRO, com tarifação na liquidação dos títulos, onde é possível ao contribuinte, através do BOLETO DE COBRANÇA, efetuar os pagamentos pela Internet, Rede Bancária e Correspondentes Bancários (Unidades Lotéricas e Estabelecimentos Comerciais credenciados), de todas as agências bancárias oficiais.

A Instituição Financeira deverá prestar informações sobre a liquidação dos boletos de cobrança, através de arquivo retorno eletrônico transmitido diretamente à Prefeitura Municipal de Ribeirão Pires, por meio de soluções tecnológicas próprias, com a transmissão eletrônica de dados, em 02 (dois) dias úteis após o recebimento.

A operacionalização será realizada na conta corrente a ser indicada pela Prefeitura Municipal de Ribeirão Pires, onde serão depositados todos os créditos e débitos da operação. O prazo para transferência do crédito para a conta corrente (float) será D+2.

Os valores arrecadados serão transferidos para uma conta indicada pela Prefeitura Municipal de Ribeirão Pires, mantida em instituição financeira oficial.

Prefeitura do Município da Estância Turística de Ribeirão Pires

TERMO DE CIÊNCIA E DE NOTIFICAÇÃO (Contratos)

CONTRATANTE: Prefeitura do Município da Estância Turística de Ribeirão Pires

CONTRATADA: BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A.

CONTRATO Nº (DE ORIGEM): 549/2019

OBJETO: Contratação de Instituição Financeira devidamente autorizada a funcionar pelo Banco Central do Brasil, com ou sem agência localizada no Município de Ribeirão Pires, para registro e recebimento de boletos de cobrança, para o exercício financeiro de 2020.

Pelo presente TERMO, nós, abaixo identificados:

1. Estamos CIENTES de que:

- a) o ajuste acima referido estará sujeito a análise e julgamento pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, cujo trâmite processual ocorrerá pelo sistema eletrônico;
- b) poderemos ter acesso ao processo, tendo vista e extraído cópias das manifestações de interesse, Despachos e Decisões, mediante regular cadastramento no Sistema de Processo Eletrônico, conforme dados abaixo indicados, em consonância com o estabelecido na Resolução nº 01/2011 do TCE/SP;
- c) além de disponíveis no processo eletrônico, todos os Despachos e Decisões que vierem a ser tomados, relativamente ao aludido processo, serão publicados no Diário Oficial do Estado, Caderno do Poder Legislativo, parte do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, em conformidade com o artigo 90 da Lei Complementar nº 709, de 14 de janeiro de 1993, iniciando-se, a partir de então, a contagem dos prazos processuais, conforme regras do Código de Processo Civil;
- d) Qualquer alteração de endereço – residencial ou eletrônico – ou telefones de contato deverá ser comunicada pelo interessado, peticionando no processo.

2. Damo-nos por NOTIFICADOS para:

- a) O acompanhamento dos atos do processo até seu julgamento final e consequente publicação;
- b) Se for o caso e de nosso interesse, nos prazos e nas formas legais e regimentais, exercer o direito de defesa, interpor recursos e o que mais couber.

LOCAL e DATA: Ribeirão Pires, 23 de Outubro de 2019.

GESTOR DO ÓRGÃO/ENTIDADE:

Nome: Antônia Constâncio

Cargo: Secretária de Finanças

CPF: 052.773.458-68 RG: 7.653.376-1

Data de Nascimento: 06/02/1941

Endereço residencial completo: Rua Olímpia Cata Preta, Centro Alto, Ribeirão Pires - SP

E-mail institucional: sf@ribeiraopires.sp.gov.br

E-mail pessoal: -----

Telefone(s): (11) 4828-3990

Assinatura: _____

Prefeitura do Município da Estância Turística de Ribeirão Pires

Responsáveis que assinaram o ajuste:

Pelo CONTRATANTE:

Nome: Antônia Constâncio

Cargo: Secretária de Finanças

CPF: 052.773.458-68 RG: 7.653.376-1

Data de Nascimento: 06/02/1941

Endereço residencial completo: Rua Olímpia Cata Preta, Centro Alto, Ribeirão Pires - SP

E-mail institucional: sf@ribeiraopires.sp.gov.br

E-mail pessoal: -----

Telefone(s): (11) 4828-3990

Assinatura: _____

Pela CONTRATADA:

Nome: Daniela Sampaio Santos

Cargo: Gerente de Governos & Instituições

CPF: 406.865.498-05 RG: 49.389.034-8 SSP/SP

Endereço comercial: Avenida Juscelino Kubitschek, nº 2041 e 2235, Bloco A, Vila Olímpia, São Paulo – SP

E-mail institucional: danielassantos@santander.com.br

Telefone(s): (11) 3553-0510

Assinatura: _____